

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024

Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"



A EVOLUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL: DA ERA COLÔNIA À ERA MODERNA ¹

Ellen Teixeira Silva², Francisca Jaquelini de Souza Viração³

Resumo: Neste trabalho, a metodologia adotada foi baseada em uma análise histórica e documental, examinando as leis, decretos e constituições que moldaram o sistema tributário ao longo do tempo. Desde os tributos cobrados no Brasil Colônia, como o "Quinto" e a "Derrama", até as reformas promovidas pela Constituição de 1988, buscamos entender como a arrecadação de impostos evoluiu. O objetivo central foi explorar essa trajetória, mostrando como cada momento histórico influenciou a forma de cobrar tributos e como isso afetou a sociedade. Os resultados mostram que, embora a Constituição de 1988 tenha representado um avanço significativo ao descentralizar a arrecadação e tentar reduzir a desigualdade social, o sistema tributário brasileiro ainda é forte baseado no consumo. Isso acaba prejudicando as pessoas de renda mais baixa que pagam proporcionalmente mais impostos do que as camadas mais ricas. Apesar dos esforços para tornar o sistema mais justo ao longo dos anos, ainda há desafios importantes a serem enfrentados para que a tributação contribua de forma mais eficaz para a redução das desigualdades no país.

Palavras-chave: Tributação no Brasil. impostos coloniais. Construção de 1988. Desigualdade tributária.

1. Introdução

A tributação tem sido um elemento comum em diversas civilizações ao longo da história, surgindo como uma forma de garantir a manutenção de atividades essenciais, como a defesa militar. Desde a Antiguidade até as expansões marítimas dos séculos XV e XVI, os tributos evoluíram, tornando-se mais sofisticados, principalmente no comércio internacional de Portugal e Espanha. A história da tributação no Brasil está profundamente enraizada em seu passado colonial e nas mudanças políticas e econômicas que o país vivenciou ao longo dos séculos. Desde a chegada dos portugueses em 1530, os tributos foram uma ferramenta central para a exploração econômica do território brasileiro. No contexto colonial, a cobrança de impostos visava beneficiar a Coroa Portuguesa, mas, após a independência, o sistema tributário passou por sucessivas transformações, refletindo as diferentes formas de organização política e social

1 Esta pesquisa é parte do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Economia Política Brasileira

2 Universidade Regional do Cariri, email: ellen.teixeira@urca.br

3 Universidade Regional do Cariri, professora orientadora, Historiadora e pós-doutoranda em economia política da PUC-SP, email: jaquelini.souza@urca.br

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

do Brasil. Com o advento da República, a estrutura tributária tornou-se mais complexa, culminando na promulgação da Constituição 1988, que ainda hoje rege o sistema tributário brasileiro, trazendo questões como a bitributação, e a repartição de competências e a necessidade de justiça fiscal.

2. Objetivo

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise detalhada sobre a evolução do sistema tributário brasileiro desde o período colonial até os dias modernos. Essa análise busca destacar as principais transformações políticas, econômicas e sociais que moldam a estrutura tributária ao longo do tempo, enfatizando as reformas implementadas e suas repercussões na vida do cidadão. Além disso, o trabalho pretende examinar como o sistema tributário impacta a distribuição de renda e contribui para a perpetuação das desigualdades sociais no Brasil, enfatizando a necessidade de uma justiça fiscal mais efetiva. Com isso, esperamos contribuir para um debate mais aprofundado sobre a relevância de repensar a tributação no país, promovendo uma abordagem que priorize a equidade e o bem-estar de todos os cidadãos

3. Metodologia

A elaboração deste resumo expandido se baseou em uma revisão bibliográfica sobre a evolução do sistema tributário brasileiro, com ênfase nos principais marcos históricos e constitucionais. A pesquisa incluiu fontes primárias, como 1 textos das constituições brasileiras, bem como análises secundárias de estudiosos em história econômica e direito tributários. A abordagem adotada é cronológica, destacando os períodos colonial, imperial e republicano, e suas respectivas contribuições para a formação da estrutura fiscal vigente. A análise incluiu, ainda, a avaliação das reformas tributárias e o impacto social das mesmas, sobretudo no que diz respeito às camadas mais pobres da população.

4. Resultados

Os resultados obtidos a partir deste estudo revelam um trajeto marcado por diversos períodos da história da tributação brasileira. A seguir estão destacados os principais achados do estudo:

A Análise Histórica da tributação no Brasil durante o Período Colonial:

A análise histórica da tributação no Brasil revela que durante o período colonial (1530-1822), os tributos tinham como principal objetivo enriquecer a Coroa Portuguesa. Exemplos disso são a cobrança do "Quinto" (Todo o ouro extraído deveria ser registrado nas casas de fundições, que detinha 20% do ouro extraído deveria ser pago a Coroa), e a "Derrama" (Era uma cobrança forçada, aplicada os "quintos", quando havia atraso nos pagamentos podendo incidir sobre qualquer tipo de produção). De maneira geral, a regra para a cobrança era definida como um quinto de tudo aquilo que fosse produzido na colônia, correspondente a 20% da produção. Para a regulamentação a tributos sobre os

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

produtos que vinham do comércio internacional, foi instituída a Carta Régia, que determinava a cobrança de um tributo de 24% sobre todas as mercadorias estrangeiras. Além disso, novos tributos foram criados, como os direitos alfandegários e as "Rendas Régias", que abrangiam cobranças sobre todas as atividades econômicas, incluindo até os dízimos.

A Análise Histórica da Tributação durante o Império:

Durante o império (1822-1889), a criação de uma nova estrutura fiscal foi necessária para atender as demandas de um Brasil independente. A Constituição de 1824 delegou à Câmara dos Deputados a criação de tributos, e o Ato Adicional de 1834 permitiu a arrecadação por províncias embora a Constituição de 1824 não especificasse todos os aspectos relativos à tributação, ela instituiu, no artigo 179, a obrigação de pagamento de tributos, ao afirmar que **"ninguém será isento de contribuir para as despesas do Estado em proporção dos seus deveres"**. Novas mudanças ocorreram em 1834, como a promulgação do Ato Adicional, que estabeleceu as chamadas "Rendas Gerais". Este Ato definiu uma série de tributos sobre diferentes serviços e produtos, tais como importação, exportação, aquisição de embarcações estrangeiras, estabelecimentos comerciais e mineração de ouro, entre outros.

A Análise da História Tributária da República:

Com a Proclamação da República, em 1889, a estrutura tributária passou a ser moldada pela Constituição de 1891, que estabeleceu a autonomia dos Estados e da União para criar impostos. Nos períodos subsequentes, as Constituições de 1934 e 1946 trouxeram importantes avanços, como a criação do imposto sobre a renda e o princípio da capacidade contributiva, que tenta relacionar a tributação com a capacidade de pagamento dos cidadãos sendo eles a Constituição de 1934(estabeleceu o imposto geral sobre a renda, proibindo a bitributação e definiu claramente as competências de arrecadação ente União,Estado e Município).

A Análise da História Tributária na Ditadura Militar:

Entretanto, durante a Ditadura Militar (1964-1985), o Brasil experimentou o chamado "milagre econômico" caracterizado por um crescimento acelerado, ampliação do crédito ao consumidor e a abertura da economia ao mercado externo, o sistema tributário consolidou uma estrutura regressiva, com a abertura para o mercado externo, não houve uma verdadeira melhoria social. Isso ocorreu devido a ausência de políticas de distribuição de renda que favorecessem as

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

camadas mais pobres da população, resultando em uma concentração de riqueza que não beneficiou a maioria dos cidadãos.

A Análise da Tributação a Partir da Constituição Federal de 1988:

A Constituição de 1988, por sua vez, trouxe avanços significativos, como a repartição mais justa de tributos entre União, Estados e Municípios e a tentativa de ajustar os tributos diretos de acordo com a renda. No entanto, a carga tributária sobre o consumo continua sendo a mais alta, o que perpetua as desigualdades, uma vez que os tributos indiretos afetam de forma desproporcional as camadas mais pobres da população. No âmbito político, havia um esforço para a elaboração de uma nova constituição que assegura a democracia. Em 1988, foi promulgada uma nova Constituição, a qual instituiu e regulamentou o sistema tributário que vigora atualmente. No que se refere a tributos diretos, o imposto sobre renda passou por ajustes que possibilitaram um aumento proporcional ao valor de renda, mantendo uma faixa de isenção para pessoas com rendimento abaixo de um determinado limite. A alíquota do imposto varia entre 7,5% e 27,5%, conforme a faixa de rendimento do contribuinte.

5. Conclusão

A evolução da tributação no Brasil revela um processo histórico marcado por transformações políticas e econômicas que impactam diretamente a forma como os tributos são criados e cobrados. Desde o período colonial, em que a arrecadação visava unicamente beneficiar a metrópole, até a atualidade, com o sistema mais complexo e regulado pela Constituição de 1988, a tributação sempre foi um instrumento de controle e manutenção do Estado. Apesar dos avanços promovidos ao longo do tempo, como a proibição da bitributação e a introdução de mecanismos como o princípio da capacidade contributiva, o sistema tributário brasileiro ainda mantém uma forte incidência sobre o consumo, o que contribui para a perpetuação das desigualdades sociais. Para que o Brasil possa alcançar uma justiça fiscal mais efetiva, é necessário repensar a estrutura tributária, com maior foco na tributação da renda e do patrimônio, e menos no consumo, que penaliza desproporcionalmente os mais pobres.

6. Referências

FERREIRA, Benedito. *História da tributação no Brasil: causas e efeitos*. Brasília: Senado Federal, 1986.

PEREIRA, Ivone Rotta. *A tributação na História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1999.

BARROS, Fernanda Montelfone. *A evolução das obrigações tributárias nas constituições brasileiras e os reflexos no atual regime tributário de energia*

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

elétrica. Monografia (Graduação) – Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), Brasília, 2019.

FERREIRA, Luiz Carlos. *Evolução histórica da tributação no Brasil e algumas sugestões para a reforma tributária*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2020.